

A fenomenologia de *O Capital*

Jadir Antunes – Doutor em Filosofia pela Unicamp e professor do Mestrado em Filosofia da Unioeste – Email: jdiant@yahoo.com.br

O objetivo desta comunicação é mostrar como podemos encontrar em *O Capital*, de Marx - no Livro Primeiro especialmente -, uma certa fenomenologia da consciência semelhante à exposta por Hegel em sua obra *Fenomenologia do Espírito*. Nosso objetivo é mostrar, contrariando certa tradição positivista do marxismo, quão próximos de Hegel estavam Marx e o método de exposição, fenomenológico, de *O Capital*.

Na *Fenomenologia do Espírito* (Hegel, 2005), como sabemos, a consciência do homem comum - consciência sensível e ainda carente de verdade -, é negada mediante seus próprios limites e contradições e impulsionada a converter-se em autoconsciência filosófica, isto é, em saber absoluto.

Nesta odisséia percorrida pela consciência, a verdade, partindo de suas formas mais simples e elementares, como a verdade da certeza sensível, avança gradualmente em direção a formas mais desenvolvidas e purificadas até atingir sua forma superior e concreta: a verdade enquanto verdade posta e desenvolvida pela experiência do próprio pensamento. Nesta odisséia, a consciência, partindo de sua forma mais elementar e abstrata, a certeza sensível, adquire diversas figuras até, finalmente, se converter em saber absoluto, isto é, em saber que sabe que o mundo e o homem enquanto tais são produtos de sua auto-atividade.

Que relação poderia haver entre a *Fenomenologia* e *O Capital*, já que este, de modo geral, é concebido como obra de economia e, portanto, não-filosófica? O que queremos mostrar nesta comunicação é que, assim como a *Fenomenologia*, *O Capital* também pode ser interpretado como uma ciência da experiência da consciência. Em *O Capital* (Marx, 1988), temos uma fenomenologia que parte da análise e crítica da consciência sensível e empírica do trabalhador e dirige-se, mediante a crítica desta, lenta e gradualmente em direção da consciência filosófica sobre o mundo, da consciência de que o verdadeiro não é algo apreendido pelos sentidos e pela

experiência individual, que o verdadeiro está escondido no interior das contradições do capital, que o verdadeiro precisa ser exposto e desvelado lentamente à consciência através de uma série longa e paciente de mediações.

Em *O Capital*, Marx começa a crítica da sociedade capitalista analisando a forma mais elementar, abstrata e alienada de consciência. A primeira forma de consciência posta logo no começo da exposição é a falsa consciência de que o trabalhador, enquanto vendedor e comprador de mercadorias - enquanto vendedor de trabalho e comprador de meios de subsistência - não se diferencia, segundo o conteúdo, de seu oponente, o capitalista, pois este também aparece, como ele, comprando e vendendo mercadorias. A primeira e mais abstrata forma de consciência posta logo no começo da exposição, consciência que precisa ainda ser negada, é, assim, a falsa consciência de que o trabalhador é um homem tão livre quanto o patrão.

A crítica da sociedade capitalista inicia, assim, pela análise da sua instância mais aparente e ilusória. Ela começa analisando o aparente intercâmbio de equivalentes onde a relação entre capital e trabalho não aparece como tal, mas como uma relação entre dois vendedores individuais de mercadorias. Nesta primeira instância, o trabalhador não aparece ainda como tal, mas, sim, como vendedor de uma mercadoria indeterminada. O patrão, do mesmo modo, aparece como certo comprador de mercadorias em geral. A única relação econômica que surge neste momento é uma relação de comércio, onde, de um lado, se apresenta certo vendedor indeterminado de mercadorias e de outro, certo comprador, do mesmo modo indeterminado. Um surge como proprietário de produtos e o outro surge como proprietário de dinheiro.

Esta instância é a mais abstrata, e por isso a mais pobre de conteúdo, porque toda a transação entre comprador e vendedor é analisada num grau puramente formal. Como todo conteúdo da transação está abstraído neste começo da exposição, mercadoria e dinheiro não aparecem como capitais, mas aparecem sim, como mercadoria e dinheiro mesmo. Do mesmo modo, vendedor e comprador não aparecem frente a frente como trabalhador e patrão, mas aparecem sim, como vendedor e comprador mesmo, sem determinação alguma.

Neste nível abstrato da exposição, a primeira forma de consciência do trabalhador surge como consciência da sua liberdade, como consciência de que, por não ser juridicamente propriedade do patrão, ele é uma figura livre igual a ele.

A negação deste momento abstrato e falso da consciência começa a partir do capítulo IV, com a análise do processo de compra e venda da força de trabalho. Aqui, o mercado já está bem mais determinado que anteriormente. Enquanto no começo da exposição o mercado funcionava como mercado de mercadorias em geral, agora o mercado é mercado de uma mercadoria bem determinada: a força de trabalho.

Apesar desta instância ser ainda comercial, ela já está bem mais determinada que a anterior. Aqui a troca já aparece como troca entre duas figuras bem determinadas. De um lado aparece o proprietário do dinheiro não mais como simples comprador de mercadorias em geral, mas, sim, como patrão. De outro lado, aparece o trabalhador como vendedor de uma mercadoria bem determinada: sua própria força de trabalho. Nesta altura da exposição, por isso, a abstração do momento inicial foi parcialmente superada e a relação de troca ganha um primeiro conteúdo determinado. Mas, a relação entre capital e trabalho, apesar de não aparecer mais como inicialmente aparecia, como uma relação entre vendedor e comprador simplesmente, ainda continua aparecendo como uma relação entre proprietários livres e iguais.

Como a relação de troca entre capital e trabalho esconde a diferença importante entre trabalho e força de trabalho, o trabalhador não percebe ainda a diferença de classe que há entre ele e o patrão. Como não houve coação direta do patrão sobre o trabalhador, como o trabalhador é proprietário de sua própria força de trabalho e como esta força foi posta e vendida no mercado por ele mesmo, a transação continua aparecendo, enganosamente, à consciência do trabalhador como uma transação entre homens livres e iguais entre si, como no começo da exposição.

Neste nível, portanto, a sociedade capitalista e suas contradições fundamentais permanecem ainda veladas pelo véu da troca de equivalentes. As classes sociais aparecem mistificadas na forma de indivíduos livres, iguais e proprietários, um do trabalho e outro do dinheiro. As contradições de classe ainda estão ocultas pela forma monetária da transação. O que aparece neste

nível é uma relação harmoniosa entre os indivíduos, de um lado está o patrão e de outro o trabalhador, ambos reciprocamente dependentes, livres e iguais.

Neste nível se forma a base para todas as concepções fantasiosas e democráticas sobre a sociedade burguesa e para a falsa consciência do trabalhador, que permanece se concebendo tão livre e igual quanto seu patrão. Neste nível, por isso, se forma a base para os discursos de salão sobre os direitos inalienáveis do homem em seu sentido genérico.

Este nível, porém, deve ser considerado como uma transição entre o nível anterior mais abstrato, o nível da circulação de mercadorias, e o nível seguinte mais determinado, o da produção da mais-valia.

Assinado o contrato de trabalho trabalhador e patrão se dirigem para o momento da fábrica. Saímos agora da esfera enganosa e iluminada da circulação de mercadorias e entramos na esfera fundamental e enegrecida da produção. Entramos agora, então, num nível negativo e diferenciado e, por isso, mais determinado e concreto de exposição que os níveis anteriores. Este é primeiro momento negativo e superior da exposição, pois supõe a negação do nível anterior da circulação como nível real e verdadeiro em si mesmo. Este nível supõe já a crítica e superação dialética do nível anterior. Aqui, no interior da fábrica, o contrato de trabalho já foi assinado e foram acertados o salário e a jornada de trabalho, o trabalhador se converte de vendedor de força de trabalho em operário e o capitalista, do mesmo modo, se converte de comprador em patrão. O trabalhador, assim como a exposição, não pode passar a este nível mais fundamental sem antes passar pelo nível da esfera das trocas. Por isso este nível é uma superação dialética da esfera anterior porque não apenas supera este nível mais imediato e abstrato, como, ainda, o conserva como momento seu.

As contradições da esfera anterior não apenas são negadas, mas são, ainda, conservadas no interior deste novo nível. As contradições não desaparecem ou são resolvidas, elas apenas se desdobram em novas formas mais determinadas e explosivas. Aqui surge a mais-valia e a contradição entre trabalho pago e não-pago, entre trabalho necessário e trabalho excedente, entre jornada que o trabalhador realiza para si mesmo e jornada que realiza gratuitamente para o patrão. Aqui surgem então, a mais-valia, a exploração e a

contradição entre trabalhador e patrão como uma contradição entre classes sociais, entre quem trabalha e quem se apropria do trabalho.

A aparente harmonia e dependência recíproca entre trabalhador e patrão posta no começo da exposição começa a ser desmascarada. A face sorridente e satisfeita do trabalhador no ato da assinatura do contrato de trabalho, face que começa a desaparecer logo que é levado à esfera da produção, desaparece para dar lugar à dor dilacerante do trabalho alienado. O sorridente capitalista converte-se num vampiro que engorda quanto mais sangue e energia sugar do trabalhador.

A consciência de classe do trabalhador sofre sua primeira e importante modificação: as ilusões de liberdade, igualdade e fraternidade dão lugar ao despotismo de fábrica. O trabalhador percebe que não possui nenhum controle sobre sua atividade e que o ritmo da máquina e da produção é dado pelo patrão. Longas, estafantes e penosas jornadas diárias de trabalho e emprego massivo de mulheres e crianças ocupam o lugar fantástico e luminoso do mercado. O trabalhador entrega seu tempo de vida, sua subjetividade, suas faculdades físicas e intelectuais, a serviço da valorização incessante do valor, a serviço da insaciável voracidade do ser-capital por sangue e energia humanos.

Com a análise da esfera da produção de mercadorias o trabalhador começa a descobrir-se, ele mesmo e sem a intervenção de nenhuma figura estranha ao processo de trabalho, como um sujeito explorado e condicionado pelo caráter capitalista da produção. No interior da esfera da produção, a falsa aparência de identidade entre trabalhador e patrão – identidade que aparecia no começo da exposição - se converte em diferença e oposição. O trabalhador se compreende agora, a partir de sua própria experiência, não mais como um sujeito livre que se determina a si mesmo a partir de sua própria vontade. Com a experiência da fábrica o trabalhador começa a se compreender como sujeito objetivado, isto é, como figura presa a um processo de trabalho inteiramente automatizado e que ele não controla.

Nesta altura da exposição, teríamos, portanto, duas figuras da consciência muito distintas e opostas entre si. A primeira, exposta logo no começo, é a figura do trabalhador alienado e disperso no mercado se relacionando como indivíduo com o patrão e se julgando livre e igual a ele. A segunda, exposta a partir do capítulo quinto de *O Capital*, é a crítica da

primeira e aparece na figura do trabalhador que se descobre como não-livre e objetivado pela automatização do processo de trabalho. Na primeira figura da consciência, o trabalhador aparece em sua forma mais alienada e abstrata: na figura de livre comprador e vendedor de mercadorias. Na segunda figura, o trabalhador aparece como não-livre e objetivado pelo processo de trabalho em sua forma capitalista. A primeira figura da consciência é resultado imediato e direto da análise do processo de circulação de mercadorias em geral. A segunda figura, por sua vez, é resultado da crítica da primeira, é resultado da análise da esfera da produção onde o trabalhador aparece na figura de trabalhador mesmo.

A terceira figura da consciência surge a partir da análise da constante repetição dos dois momentos anteriores, surge a partir da análise da reprodução do capital global. Neste nível de exposição avançamos para além de toda referência sensível às classes e às contradições entre elas. Começamos nossa exposição pela esfera da circulação simples de mercadorias, avançamos até a esfera da compra e venda da força de trabalho e a encerramos com a análise da esfera da produção da mais-valia. Agora, teremos que recomeçar novamente a partir de nosso ponto inicial, a esfera da circulação simples de mercadorias, e repetir novamente todo o processo.

Para descobrir a terceira figura da consciência teremos que avançar, portanto, para a esfera da reprodução do capital, para a esfera da repetição contínua dos momentos anteriores. Nesta esfera da reprodução global do capital, revela-se à consciência do trabalhador que não apenas o lucro do patrão é trabalho criado pelo próprio trabalhador, mas, revela-se, ainda, que até mesmo o salário recebido é trabalho criado por ele mesmo. Nesta esfera revela-se ao trabalhador que toda a riqueza da sociedade é trabalho seu acumulado na forma de capital. Aqui, a aparente lei da troca de equivalentes baseada no direito que emana do trabalho se converte em lei de apropriação sem troca. Não apenas a troca de equivalentes ou não equivalentes se dissolve na exposição, mas, se dissolve, sobretudo, a aparência de que exista troca entre capital e trabalho. O que se revela à consciência do operário nesta altura da exposição é que entre ele e o patrão há uma permanente expropriação sem troca, que entre ele e o patrão há circulação de mercadorias sem troca (Antunes, 2005), que a troca entre ambos é uma aparência (Benoit, 1996).

Esta terceira figura que surge ao final da exposição de *O Capital* é a consciência da oposição entre liberdade e escravidão e da necessidade de sua superação. Como sujeito consciente desta oposição, a consciência se converte em consciência em si e para si, em consciência de que o mundo é uma criação do trabalho e sua transformação é uma necessidade. Esta terceira figura da consciência se expressa na certeza que o trabalhador adquire de que ele é a única figura realmente livre, se expressa na certeza de que pode destruir tudo, pois é o único que pode reconstruir novamente o mundo segundo sua própria consciência.

Nas palavras de Marx, esta terceira figura da consciência do trabalhador surge como a *negação da negação*, como a negação determinada das duas consciências anteriores. Enquanto a primeira negação é a negação indeterminada, a segunda negação, a *negação da negação*, é a negação determinada que põe algo novo em lugar das velhas determinações já superadas (Hegel, 1956). Para Marx (1988), a *negação da negação* é o momento da expropriação dos expropriadores e da dissolução de todas as contradições que impulsionaram a consciência do operário até este momento. A *negação da negação* é a negação que põe no lugar do poder burguês, já envelhecido e superado pelas lutas operárias, um novo poder: o poder operário. Assim, tanto em Hegel quanto em Marx, o resultado da exposição surge na forma de uma reconciliação. A diferença é que enquanto em Hegel a reconciliação surge como auto-atividade da consciência, em Marx ela surge como auto-atividade do trabalho.

A exposição, pôr para fora o que está apenas pressuposto e velado, parte, assim, tanto em *O Capital* quanto na *Fenomenologia do Espírito*, da certeza sensível até a negação da negação. Em *O Capital*, a exposição parte da falsa certeza que o trabalhador forma sobre si mesmo a partir da sua condição de livre vendedor de força de trabalho e avança em direção a níveis cada vez mais profundos, complexos e determinados da realidade.

Assim, avançar a exposição em *O Capital*, assim como na *Fenomenologia do Espírito*, é conduzir o leitor pedagógica e pacientemente desde sua consciência mais indeterminada e abstrata até o nível da consciência revolucionária e filosófica. Avançar a exposição em *O Capital* é avançar a consciência do trabalhador da passividade e alienação do mercado

em direção à atividade prática-revolucionária, em direção da mesma consciência e atividade do filósofo e revolucionário Marx.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

Antunes, Jadir. Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético das crises em *O Capital* de Marx. Campinas, 2005. Tese em Filosofia. Unicamp, S.P.

Benoit, Hector. Sobre a crítica (dialética) de *O Capital*. Revista Crítica Marxista. S.P: Brasiliense, 1996.

Hegel, G. W. F. Ciencia de la Lógica. Tomo I. Buenos Aires: Librería Achete S.A, 1956.

_____. Fenomenologia do Espírito. R.J: Editora Vozes, 2005.

Marx, Karl. O Capital. Livro I. Volumes I e II. S.P: Nova Cultural, 1988.